

FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO FOCADO EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

FORMATION OF PHYSICAL EDUCATION ACADEMICS FOR PERFORMANCE WITH PEOPLE WITH DISABILITIES: A STUDY FOCUSED ON FEDERAL UNIVERSITIES

Francisco Tiago Alves Agapito
Maria Eleni Henrique da Silva
Raissa Forte Pires Cunha
Mário Antônio de Moura Simim

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil
Unifametro, Fortaleza/CE, Brasil

Resumo

Analizamos a oferta de disciplinas do curso de Educação Física que abordam pessoas com deficiência. Os dados foram organizados em planilha específica, sendo a análise desses dados realizada por meio de estatística descritiva (distribuição de frequência, média±desvio padrão, mediana, mínimo e máximo). No estudo foram encontrados 72 cursos de Educação Física com habilitação em licenciatura (n = 38; 53%) e bacharelado (n = 34; 47%). A terminologia mais comumente utilizada é “Educação Física Adaptada” (n = 29; 40%). A oferta das disciplinas ocorre com maior incidência no 5º (n = 21; 29%) e no 6º (n = 15; 21%) período/semestre. A carga horária média das disciplinas foi 60±14 hs (mínimo = 30 hs; máximo = 96 hs) e a mediana do número de créditos foi 4 (mínimo = 2; máximo = 6). Concluímos que ofertar uma disciplina obrigatória com carga horária reduzida e nos períodos finais do curso não proporciona aprofundamento necessário para formação ideal nessa área de atuação.

Palavras-Chave: Atividade Motora Adaptada. Inclusão. Formação Profissional. Atuação Profissional.

Abstract

We analyzed the supply of disciplines of the Physical Education course that approach people with disabilities. The data were organized in a specific spreadsheet, and the analysis of these data was performed using descriptive statistics (frequency distribution, mean standard deviation, median, minimum and maximum). In the study, 72 physical education courses with habilitation in degree (n = 38; 53%) and bachelor's degree (n = 34; 47%) were found. The terminology most commonly used is “Adapted Physical Education” (n = 29; 40%). The offer of the disciplines occurs with higher incidence in the 5th (n = 21; 29%) and 6th (n = 15; 21%) period/semester. The average workload of the disciplines was 60±14 hours (minimum = 30 hours; maximum = 96 hours) and median Inclusion number of credits was 4 (minimum = 2; maximum = 6). We conclude that offering a mandatory discipline with reduced workload and in the final periods of the course does not provide necessary deepening for optimal formation in this area of operation.

Keywords: Adapted Motor Activities. Inclusion. Professional Formation. Professional Preparation.

1 Introdução

Historicamente as pessoas com deficiência (PCDs) constituem parte da nossa sociedade, entretanto com características e valores distintos. No século XV, pessoas que nasciam com algum tipo de imperfeição eram atiradas em buracos ou abismos (MAUERBERG-deCASTRO, 2011). Na Idade Média, as PCDs eram abrigadas em igrejas e/ou passaram a ganhar a função de bobo da corte (SILVA; SEABRA-JÚNIOR; ARAÚJO, 2008). Já entre séculos XVI e XIX, as PCDs foram isoladas em asilos, conventos e albergues (PACHECO; ALVES, 2007). A partir do século XX, as PCDs começaram a ser consideradas cidadãs, principalmente em virtude de diferentes movimentos sociais para valorizar essa parcela da população (ARAÚJO, 2011). Nesse mesmo século XX, surge a obrigatoriedade e expansão da escolarização básica, dando início ao processo de institucionalização da educação especial (SILVA; SEABRA JÚNIOR; ARAÚJO, 2008).

Em meados dos anos 1980, o Brasil começa a se preocupar com a formação acadêmica e profissional para atender às demandas das PCDs. Embasados por estudos e análises decorrentes dos Relatórios do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, em 1981, do Projeto Integrado SEED/CENESP¹, 1984/1985 e do Encontro de Planejamento do CENESP/ UF, foi identificado um número reduzido de profissionais atuantes na área de Educação Especial (MAHL, 2012). Neste contexto, surge a Resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação, elaborada para especificar a necessidade de atuação do professor de educação física junto às PCDs e outras necessidades especiais (PEDRINELLI; VERENGUER, 2005).

Deste modo, a obrigatoriedade de preparação para os profissionais desta área prevista nessa resolução levou as universidades a criarem disciplinas que abordem conteúdos voltados ao atendimento da PCD. Ainda nesse sentido, o Decreto nº 5.626/2005 visou abranger ainda mais a formação profissional para o atendimento da PCD, pois estabeleceu a obrigatoriedade da implantação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular nos cursos de licenciatura por todo Brasil. Com estas disciplinas, cresce a necessidade de conhecimento científico para melhoria de conteúdo. (GORGATTI; COSTA, 2005).

Em virtude de toda a trajetória e desenvolvimento da temática formação profissional em Educação Física Adaptada (EFA) alguns estudos (FILUS; MARTINS JÚNIOR, 2004; AGUIAR; DUARTE, 2005; SILVA, 2012) vêm sendo realizados com objetivo de levantamento de dados e problemas, bem como discutir propostas para criação de soluções tanto para a educação (na perspectiva do professor e do aluno) quanto para a cidadania de modo geral.

¹ Secretaria de Estado da Educação/Centro Nacional de Educação Especial. Pelo Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria o CENESP, Órgão Central de Direção Superior, com a finalidade de promover em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais (BRASIL, 1973).

Genericamente o profissional de Educação Física deve dispor de um conhecimento que lhe possibilite compreender o homem em movimento nos variados contextos em que ele se encontra, entendendo os estágios de desenvolvimento, as necessidades, as limitações e os anseios, sem fundamentar somente na prática pela prática (GHILARDI, 1998). Neste sentido, Borella (2010) aponta para os avanços e conquistas da Educação Física na perspectiva de possibilitar aos acadêmicos e docentes uma formação mais crítica, que lhes permita atuar com a diversidade de características e assim desenvolver uma postura docente em conformidade com as questões de inclusão. Filus e Martins Júnior (2004) apontam que o profissional de Educação Física deve ter clareza das suas propostas de trabalho e dos objetivos da aula, para estimular adequadamente os alunos, respeitando suas individualidades. Isto posto, esperamos que o presente estudo contribua para conhecimento dos diversos aspectos do processo de formação do profissional de educação física no âmbito das universidades federais brasileiras. Assim, nosso objetivo foi analisar a oferta de disciplinas do curso de Educação Física que abordam pessoas com deficiência.

2 Materiais e métodos

O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa documental que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), é caracterizada quando a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, instituindo o que se denomina de fontes primárias, podendo ser feitas no momento em que determinado fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Foi realizada busca e análise de propostas curriculares, ementários e projetos pedagógicos dos cursos de Educação Física presenciais das universidades federais autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC), através dos sites oficiais das universidades pesquisadas e do MEC, no período de Janeiro a Julho de 2019. Foram incluídos no estudo somente os cursos presenciais de Educação Física das universidades federais. As informações analisadas de cada curso e universidade foram as seguintes: habilitação, nome da disciplina, carga horária, semestre/período, ementa e obrigatoriedade.

Os dados foram organizados em planilha específica, tendo sua análise realizada por meio de estatística descritiva (distribuição de frequência, média±desvio padrão, mediana, mínimo e máximo). As questões de natureza qualitativa foram categorizadas por meio de análise de conteúdo (*Meaning Units/Mini Unidades – MUs*) (CÔTÉ *et al.*, 1993). As MUs categorizadas representam parte do corpo de um texto que exemplifica uma ideia exposta (CÔTÉ *et al.*, 1993).

3 Resultados

Nosso estudo é relativo a 41 instituições federais de ensino superior e 72 cursos de educação física. Para melhor compreensão dos resultados, organizamos a distribuição dos cursos de educação física por instituição e habilitação conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos cursos de educação física por instituição e habilitação

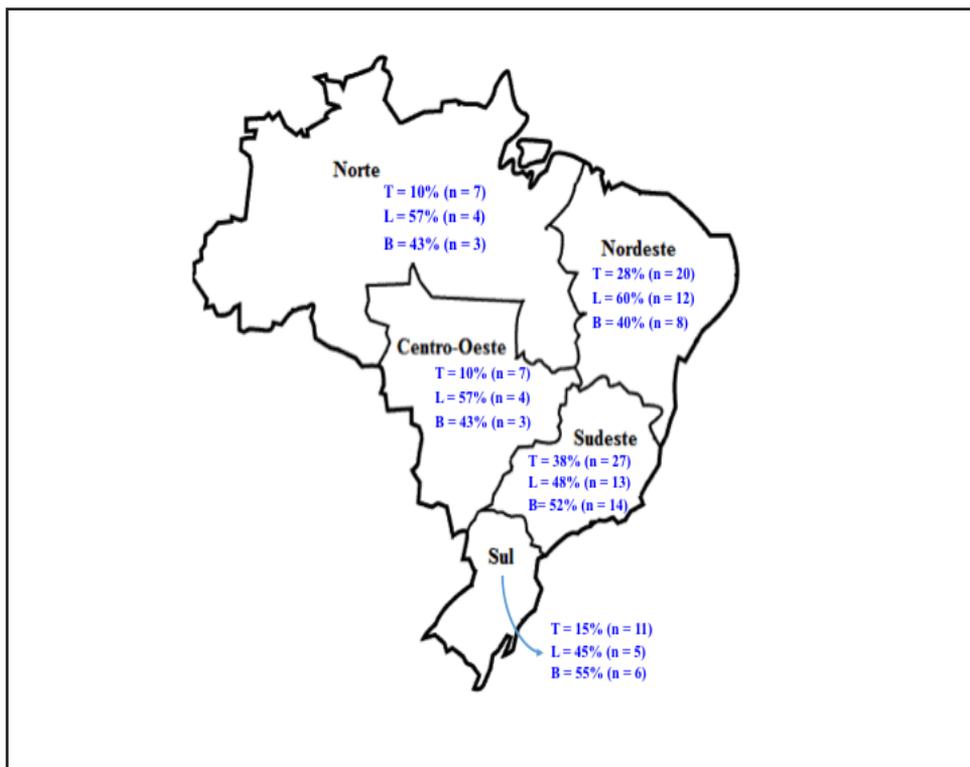
Instituição	Sigla	Licenciatura	Bacharelado	n	%
Universidade Federal do Acre	UFAC	1	1	2	2,8
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	1	2	3	4,2
Universidade Federal da Bahia	UFBA	1	0	1	1,4
Universidade Federal do Ceará	UFC	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	1	1	2	2,8
Universidade Federal Fluminense	UFF	1	0	1	1,4
Universidade Federal de Goiás	UFG	1	1	2	2,8
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	1	0	1	1,4
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	1	1	2	2,8
Universidade Federal de Lavras	UFLA	1	2	3	4,2
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	1	1	2	2,8
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UFMS	1	1	2	2,8
Universidade Federal Do Mato Grosso	UFMT	1	1	2	2,8
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Pará	UFPA	1	0	1	1,4
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	1	1	2	2,8
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1	1	2	2,8
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Piauí	UFPI	1	0	1	1,4
Universidade Federal do Paraná	UFPR	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	1	0	1	1,4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	1	1	2	2,8
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	1	0	1	1,4

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	1	0	1	1,4
Universidade Federal de Sergipe	UFS	1	1	2	2,8
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1	1	2	2,8
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	1	1	2	2,8
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	1	1	2	2,8
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	1	1	2	2,8
Universidade Federal do Tocantins	UFT	1	0	1	1,4
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	0	1	1	1,4
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	1	0	1	1,4
Universidade Federal de Viçosa	UFV	1	2	3	4,2
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	1	1	2	2,8
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	0	1	1	1,4
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	1	1	2	2,8
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	0	1	1	1,4
	Total	38	34	72	100

Fonte: elaboração própria

Na Figura 1 observamos a distribuição regional dos cursos de educação física. Notamos que a Região Sudeste apresenta maior concentração de cursos ($n = 27$; 38%), seguida pela Região Nordeste ($n = 20$; 28%). Já as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam menor quantidade de cursos que ofertam disciplinas direcionadas às PCDs.

Figura 1 - Distribuição dos cursos de educação física por região do Brasil e por habilitação



Legenda: T = Total / L = Licenciatura / B = Bacharelado / n = quantidade de cursos

Fonte: elaboração própria

A carga horária apresentou resultados similares para as duas habilitações. A carga horária média das disciplinas na licenciatura foi 61 ± 14 hs (mínimo = 30hs; máximo = 96hs) e a mediana do número de créditos foi 4 (mínimo = 2; máximo = 6). Já no Bacharelado a média foi 60 ± 14 hs (mínimo = 30hs; máximo = 90hs) e a mediana do número de créditos foi 4 (mínimo = 2; máximo = 5).

Em relação à terminologia para as disciplinas, nossos resultados mostram que a nomenclatura mais utilizada é Educação Física Adaptada (n = 33; 46%). Mensurando os resultados por categoria de habilitação, a licenciatura apresentou frequência de 47% (n = 18) enquanto o bacharelado teve 44% (n = 15, Tabela 2).

Tabela 2 - Nomenclatura das disciplinas dos cursos de educação física (n = 72)

Nome das disciplinas	Licenciatura		Bacharelado		Geral	
	n	%	n	%	n	%
Atividade Física Adaptada	1	3%	5	15%	6	8%
Atividade Física para Pessoas com Deficiência	0	0%	1	3%	1	1%
Atividade Motora Adaptada	1	3%	3	9%	4	6%
Atividade Motora para Deficiente	1	3%	0	0%	1	1%
Desporto Adaptado	1	3%	4	12%	5	7%
Educação Especial	1	3%	0	0%	1	1%
Educação Especial e Educação Física	2	5%	0	0%	2	3%
Educação Física Adaptada	18	47%	15	44%	33	46%
Educação Física e Necessidades Educacionais Especiais	2	5%	1	3%	3	4%
Educação Física Inclusiva	5	13%	0	0%	5	7%
Educação Física para Portadores de Deficiência	0	0%	1	3%	1	1%
Educação Física, Adaptação e Inclusão	1	3%	1	3%	2	3%
Educação Física, Esporte, Recreação e Lazer PCD	1	3%	0	0%	1	1%
Educação Física: Necessidade Educativas Especiais	0	0%	1	3%	1	1%
Fundamentos da Educação Física Especial	1	3%	1	3%	2	3%
Metodologia de Ensino e Pesquisa em Educação Física Adaptada	1	3%	0	0%	1	1%
Metodologia do Ensino das Atividades Físicas Adaptadas	1	3%	0	0%	1	1%
Pesquisa e Ensino em Educação Física, inclusão e diferença	0	0%	1	3%	1	1%
Tópicos em Educação Especial - Inclusão	1	3%	0	0%	1	1%
Total	38	53%	34	47%	72	100%

Fonte: elaboração própria

As disciplinas indicadas anteriormente são ofertadas no 5º (n = 21; 29,9%) e 6º (n = 15; 20,8%) tanto no bacharelado quanto na licenciatura (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição das disciplinas por semestre (n = 72)

Semestre/Período	Licenciatura	Bacharelado	Total
2	2	0	2
3	2	6	8
4	8	5	13
5	10	11	21
6	7	8	15
7	6	4	10
8	3	0	3
Total	38	34	72

Fonte: elaboração própria

A Tabela 4 apresenta os resultados da categorização dos assuntos abordados nas ementas. Categorizamos os assuntos em 11 classes para melhor organização dos assuntos. Os principais assuntos abordados nas disciplinas relacionam-se aos aspectos históricos, filosóficos, sociais e psicológicos e também do conhecimento das características das deficiências. Além disso, os docentes têm abordado com maior frequência assuntos relativos às deficiências físicas, sensoriais e mentais. A principal área de atuação é Educação Física Adaptada e a terminologia adotada é Pessoas com deficiência. Poucos cursos apresentam em sua ementa informações a respeito de modalidades esportivas (adaptadas ou paralímpicas) e dos aspectos de saúde da pessoa com deficiência.

Tabela 4 - Categorização dos assuntos abordados nas ementas (n = 31)

Conteúdos comuns aos cursos	Bacharelado	Licenciatura	Total
Aspectos históricos, filosóficos, sociais e psicológicos	9	19	28
Conhecimento e características das deficiências	11	16	27
Tipo de deficiência	Bacharelado	Licenciatura	Total
Deficiência Auditiva	6	7	13
Deficiência Psicomotora	0	1	1
Deficiência Visual	6	7	13
Deficiências Cognitivas	2	2	4
Deficiências Físicas	15	16	31
Deficiências Intelectuais	4	4	8
Deficiências Mentais	9	10	19
Deficiências Múltiplas	4	3	7
Deficiências Psicoativas	1	1	2
Deficiências Sensoriais	9	10	19
Distúrbios de saúde	1	0	1
Distúrbios emocionais	1	0	1

Síndromes	1	0	1
Transtorno do espectro autista	1	0	1
Transtornos de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH)	1	0	1
Área de atuação	Bacharelado	Licenciatura	Total
Educação Especial	0	3	3
Educação física adaptada	4	4	8
Educação Física e Esportes Adaptados	1	1	2
Educação Física escolar para populações especiais	0	1	1
Educação Física Inclusiva	0	1	1
Esporte Adaptado	3	1	4
Esporte para pessoas com deficiência	1	0	1
Esporte paralímpico	0	1	1
Atividade física adaptada	4	2	6
Atividade física inclusiva	1	1	2
Atividade motora adaptada	1	1	2
Aspectos pedagógicos	Bacharelado	Licenciatura	Total
Abordagens de ensino	0	1	1
Ações pedagógicas	1	3	4
Adaptações e estratégias de ensino	0	1	1
Aspectos metodológicos da educação física adaptada	3	3	6
Atuação do professor	1	1	2
Estratégias de ensino	2	1	3
Experiências de prática de ensino.	0	1	1
Metodologia da Atividade Física Adaptada	2	1	3
Métodos e técnicas aplicadas a grupos diferenciados	2	3	5
Orientações metodológicas	0	1	1
Prática de ensino	0	1	1
Prática pedagógica	1	2	3
Procedimentos metodológicos e adaptações	1	1	2
Programas e metodologias de ensino	1	1	2
Terminologia	Bacharelado	Licenciatura	Total
Pessoa com deficiência	9	5	14
Pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais	0	1	1
Pessoas com necessidades educativas especiais	0	1	1
Pessoas com necessidades especiais	2	2	4
Pessoas portadoras de deficiência	0	1	1
Pessoas portadoras de necessidades especiais	1	1	2
Pessoas portadores de necessidades especiais	0	1	1
Portador de deficiência	0	1	1

Portador de necessidades especiais	1	1	2
Portadores de necessidades educacionais especiais	0	1	1
Portadores de necessidades educativas especiais.	1	0	1
Alunos com necessidades especiais	1	1	2
Necessidades educacionais especiais	0	1	1
Atividade física e exercício físico	Bacharelado	Licenciatura	Total
Prescrição de atividades físicas	2	0	2
Prescrição de atividades físicas para grupos especiais.	1	0	1
Programas de atividades motoras adaptadas	0	1	1
Planejamento de programas em educação física adaptada	1	0	1
Avaliação da aptidão física	1	0	1
Avaliação, programação e controle de atividades físicas e esportivas	1	2	3
Elaboração e aplicação de programas de educação física.	3	3	6
Exercícios físicos e esportes para pessoas com deficiência.	1	1	2
Processo de ensino	Bacharelado	Licenciatura	Total
Processo de aprendizagem	0	1	1
Processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência	0	1	1
Processo ensino-aprendizagem	1	1	2
Inclusão	Bacharelado	Licenciatura	Total
Processo de inclusão no contexto escolar	1	0	1
Processo de inclusão	0	1	1
Processo inclusivo na escola	0	1	1
Processos inclusivos	1	1	2
Processos inclusivos e metodologias	0	1	1
Documentos e Leis da Educação Especial	0	1	1
Escola Inclusiva	0	1	1
Inclusão	7	9	16
Acessibilidade	0	2	2
Aspectos motores	Bacharelado	Licenciatura	Total
Práticas motoras	0	1	1
Possibilidades de intervenção motora	0	1	1
Prática das atividades físicas e esportivas	0	1	1
Aquisição de habilidades motoras	1	0	1
Atividades motoras	1	1	2
Modalidades esportivas	Bacharelado	Licenciatura	Total
Modalidades de atividades motoras adaptadas	0	1	1
Modalidades e organização dos esportes Paralímpicos.	1	1	2
Modalidades esportivas adaptadas	1	0	1
Participação esportivo, recreacional e de reabilitação	1	1	2

Desporto adaptado	2	2	4
Organização das associações desportivas	1	0	1
Aspectos de Saúde	Bacharelado	Licenciatura	Total
Afecções da Saúde e de Funcionalidade	1	1	2
Promoção de saúde	1	0	1

Fonte: elaboração própria

4 Discussão

No presente estudo analisamos a oferta de disciplinas dos cursos de Educação Física de universidades federais brasileiras que abordam pessoas com deficiência. Nossos principais achados mostram que as Regiões Sudeste e Nordeste concentram a maior quantidade de cursos, que a nomenclatura mais utilizada é Educação Física Adaptada, com quatro créditos e carga horária de 60 horas. As disciplinas estão alocadas no 5º e 6º semestres do curso.

A nomenclatura Educação Física Adaptada já foi indicada como preferida em outros trabalhos científicos (SIMIM, 2014; SILVA; ARAÚJO, 2011; SEAMAN; DEPAUW, 1982). Inicialmente, a Resolução nº 03/87 do Conselho Nacional de Educação especifica a necessidade de atuação do profissional de educação física junto às PCD utilizando o termo Educação Especial (MAUERBERG-deCASTRO, 2011; PEDRINELLI; VERENGUER, 2005; RIBEIRO; ARAÚJO, 2008). Educação Especial não deve ser vista como divisão educacional com caráter assistencialista, pois se trata de modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Além disso, Educação Especial é a modalidade de ensino que se caracteriza por conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (MAZZOTTA, 2003). Entretanto, com a evolução dos estudos na área outras terminologias apareceram, principalmente com o desenvolvimento da Atividade Física Adaptada (MAUERBERG-deCASTRO, 2011). Nesse sentido, a terminologia Educação Física Adaptada passou a ser preferida por muitos pesquisadores e professores da área.

Mudanças de nomenclatura refletem a constante preocupação de profissionais e pesquisadores em atribuir identidade atualizada e devidamente contextualizada à Educação Física Adaptada (STRAPASSON; CARNIEL, 2007). A Educação Física Adaptada é subárea da Educação Física e tem como objetivo o esporte e atividade física para pessoas com deficiência, adequando metodologias de ensino para esse grupo (SILVA; ARAUJO, 2012).

As atividades proporcionadas pela Educação Física Adaptada devem oferecer atendimento especializado aos alunos com deficiência, respeitando as diferenças individuais (DUARTE; LIMA 2003). Além disso, a Educação Física Adaptada

possibilita ao educando a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de melhor adaptação ao meio (GORGATTI; COSTA, 2005). Diante do exposto anteriormente, concordamos que a terminologia Educação Física Adaptada é a mais adequada para denominar a disciplina dos cursos de educação física que trabalham conteúdos voltados para a atuação junto à PCD. De certo, a disciplina de Educação Física Adaptada é parte fundamental na formação dos profissionais de Educação Física, representando etapa na construção dos saberes em relação à atividade motora adaptada e às PCDs (SILVA; ARAÚJO, 2012).

Outro aspecto que consideramos importante diz respeito à quantidade de créditos e a carga horária das disciplinas ofertadas para esse componente da formação acadêmica. A Resolução nº 03/87 do Conselho Federal de Educação determina a reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, possibilitando as Instituições de Ensino Superior (IES) estabelecer o marco conceitual do curso. Assim, os perfis profissionais desejados, as ementas, fixação de carga horária para cada disciplina e sua denominação e o enriquecimento do currículo são responsabilidades de cada IES. Apesar disso, os documentos normativos existentes não indicam a carga horária mínima e específica para as disciplinas com conteúdo a respeito das PCD. Em geral, as resoluções e Diretrizes curriculares nacionais indicam a necessidade do conteúdo, mas fica a critério de cada IES articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definir respectivas denominações, ementas e carga horária (RESOLUÇÃO CNE/CES 0058/2004). Nessa perspectiva, a literatura científica tem indicado que falta de aprofundamento; carga horária reduzida; falta de experiência e formação superficial estão entre os maiores problemas encontrados na formação de profissionais de EF para atuação com as PCDs (SILVA, 2012; AGUIAR; DUARTE, 2005; FILUS; MARTINS JÚNIOR, 2004). Tais problemas contribuem para que professores não tenham segurança e domínio de conteúdos necessários para atuar com as PCDs, principalmente pela falta de conhecimento sobre como adaptar as atividades, materiais, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Na literatura específica é recorrente à escassez de processos interdisciplinares envolvendo a disciplina de EFA, que aliados à carga horária insuficiente e alocação contraditória dificultam o desenvolvimento da área (SOUZA, 2014). Sobre isso, alguns estudos indicam que as disciplinas que abordam a temática da PCD geralmente são ofertadas com maior incidência nos períodos finais do curso (SIMIM, 2014; SOUZA, 2014). Essa conjuntura favorece o desinteresse na disciplina e a torna pouco atrativa diante de outros componentes curriculares obrigatórios (estágios, TCCs e etc). Do ponto de vista prático, um curso de formação profissional deve consistir de caráter formativo e não informativo (TANI, 2013). Adicionalmente, formação profissional é processo complexo e dinâmico, tendo em vista que envolve a participação de vários elementos que interagem e se modificam com o tempo (TANI, 2007, 2013). Nessa

perspectiva, é consenso entre diversos autores (JUNIOR DE SOUZA, 2014; TANI, 2013; ROSSI; HUNGER, 2012; CRUZ; FERREIRA, 2005) que repensar a formação do profissional para que ocorram mudanças substanciais no processo de inclusão, no reconhecimento e desenvolvimento de habilidades específicas para se obter evolução na prática da EFA é essencial.

Nossos resultados também sinalizaram que os principais assuntos abordados nas disciplinas relacionam-se a aspectos históricos, filosóficos, sociais e psicológicos, ao conhecimento das características das deficiências. Em termos práticos, isso representa a base para compreensão da área enquanto parte fundamental da formação de profissionais de educação física (SILVA; ARAUJO, 2012). Assim, de certa maneira existe consenso entre docentes da área que o conteúdo ministrado deveria abranger as quatro áreas de deficiência, sendo esse a herança do modelo médico (MAUERBERG-deCASTRO, 2011; GREGUOL, 2008). Os principais livros textos da área abordam esse aspecto, mas também temas a respeito dos programas de atividade física e exercício, estratégias instrucionais e avaliação (WINNICK, 2004; MAUERBERG-deCASTRO, 2011). Esses resultados corroboram com os achados no presente estudo, demonstrando que os profissionais têm de buscar reforçar a área de conhecimento.

5 Conclusão

Concluimos que a oferta de disciplinas que abordam pessoas com deficiência na área da educação física é insuficiente para gerar intervenção pedagógica adequada. Constatamos que carga horária reduzida, a escassez de processos interdisciplinares envolvendo EFA ao longo do curso são fatores que contribuem para a falta de interesse e engajamento na área. Além disso, o fato das disciplinas serem oferecidas nos períodos finais do curso, concorrendo com outros componentes curriculares obrigatórias (estágios e TCCs) contribui para que a EFA seja menos atrativa.

Referências

- AGUIAR, J.S.; DUARTE, E. Educação inclusiva: Um estudo na área da educação física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.11, n.2, p.223-240, Mai. - Ago. 2005.
- ARAUJO, P. F. *Desporto adaptado no Brasil*. São Paulo: Phorte. 2011.
- BORELLA, D. R. *Atividade Física Adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física*. São Carlos: UFSCar, 2010.
- BRASIL. Senado Federal. *Decreto N° 72.425*, de 3 de julho de 1973. Brasília, DF: MEC, 1973.
- BRASIL. Resolução n°3, de 16 de junho de 1987. *Diário Oficial*, n. 172, Brasília, DF, 1987.
- BRASIL. Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

- BRASIL. Parecer CNE/CES 0058/2004, de 18 de fevereiro de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, e nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 de abril de 2004.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, e nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 de março de 2002.
- COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: História, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004.
- CÔTÉ, J. et al. Organizing and interpreting unstructured qualitative data. *The Sport Psychologist*, Champaign, v. 7, n. 2, p. 127-137, 1993.
- CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo. *Revista Brasileira de Educação Física Especial*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 163-180, 2005.
- DUARTE, E.; LIMA, S. T. *Atividade física para pessoas com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- FILUS, J.; MARTINS JUNIOR, J. Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. *Revista da Educação Física*, Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2004.
- GHILARDI, R. Formação profissional em educação física: a relação teoria e prática. *Revista Motriz*, n. 1, v. 4, p. 1-10, 1998.
- GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. *Atividade física adaptada*. Barueri: Manole, 2005.
- GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. Formação de professores para a Educação Especial: uma discussão sobre os modelos Brasileiro e Italiano. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 19, n. 3, p. 307-324, Jul.-Set., 2013.
- MAHL, E. *Práticas pedagógicas dos professores de educação física frente à inclusão de alunos com deficiência*. São Carlos: UFSCar, 2012.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MAUERBERG-deCASTRO, E. *Atividade física Adaptada*. 2. ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito Editora, 2011.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- PACHECO, K. M. B., ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. *Acta Fisiátrica*, v. 14, n. 4, p. 242-248. 2007.
- PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação física adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G; COSTA, R. F. *Atividade física adaptada*. Barueri: Manole. 2005. p. 1-27.
- RIBEIRO, S. M.; ARAÚJO, P. F. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, SC, v. 25, n. 3, jul. p. 57-69, 2008.

- ROSSI, F.; HUNGER, D. A formação continuada de professores: entre o real e o “ideal”. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 4, 2012.
- SEAMAN, J. A.; DEPAUW, K. The new adapted physical education: a developmental approach. California: Mayfield Publishing Company, 1982.
- SILVA, C. S.; SOUZA NETO, S.; DRIGO, A. J.; Os professores de educação física adaptada e os saberes docentes. *Revista Motriz*, Rio Claro, v. 15 n. 3 p. 481-492, jul./set. 2009.
- SILVA, E. B. Reflexão da atividade motora adaptada no ensino superior: Breve relato. *Revista da Sobama*, v.13, n.12, p.1-4, Dez 2012.
- SILVA, R. F.; ARAÚJO, P. F. *Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada*. São Paulo: Phorte, 2012.
- SILVA, R. F.; SEABRA-JÚNIOR, L.; ARAÚJO, P.F. *Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional*. São Paulo: Phorte Editora, 2008.
- SIMIM, M. A. M. Exercício, esporte e inclusão: a formação do profissional de educação física e o esporte adaptado. In: Franco, N. (org.). *O profissional de educação física na área da saúde*. Belo Horizonte, EEFETO, 2014. v. 1. p. 71-83.
- SOUZA, C. J. Entre o adaptar e o incluir: uma abordagem interdisciplinar da disciplina de educação física adaptada. *Revista da Sobama*, Marília, v. 15, n. 1, p. 31-34, 2014.
- STRAPASSON, A. M.; CARNIEL, F. A educação física na educação especial. *Revista Digital*. Buenos Aires. v. 11, n. 104, jan., 2007.
- VEREGUER, R. C. G. Reestruturação produtiva, relações de trabalho e intervenção profissional. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 4, n. 4, 2005.
- TANI, G. Avaliação das condições de ensino de graduação em educação física: garantia de uma formação de qualidade. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 6, p. 55-70, 2007.
- TANI, G. Professional preparation in physical education: changing labor market and competence. *Motriz: Revista de Educação Física (online)*, v. 19, n. 3, p. 552-557, 2013.
- WINNICK, J. *Educação física e esportes adaptados*. Barueri: Manole, 2004.

Notas sobre os autores

Francisco Tiago Alves Agapito

Instituto de Educação Física e Esportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. E-mail: tiagoagapito.edfisica@alu.ufc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0086-6448>

Maria Eleni Henrique da Silva

Instituto de Educação Física e Esportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. E-mail: melenih@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3275-0343>

Raissa Fortes Pires Cunha

Unifametro, Fortaleza/CE, Brasil. E-mail: raissa.cunha@professor.unifametro.edu.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7117-5324>

Mário Antônio de Moura Simim

Instituto de Educação Física e Esportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. E-mail: mario.simim@ufc.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4659-8357>

Recebido em: 17/09/2020

Reformulado em: 01/01/2021

Aceito em: 02/02/2021